



# A Minustah e participação brasileira

Suhayla Mohamed Khalil Viana<sup>1</sup>

Palavras-chave: Missão de Paz, ONU, Haiti.

**Resumo:** O objetivo deste artigo é debater as questões relativas à Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH), principalmente no que diz respeito à participação brasileira. Iniciaremos com um breve histórico dos acontecimentos políticos que antecederam a instauração dessa Missão de Paz no Haiti, a fim de entendermos os aspectos sociais e políticos que envolvem a sociedade haitiana e determinam o modo de operação da MINUSTAH. Na sequência, abordaremos temas internos à própria Missão, tais como a forma como se deu sua instauração e os objetivos a serem atingidos. Traçaremos ainda uma ordem cronológica das missões de paz das Nações Unidas anteriores. Por último, trataremos da participação e liderança brasileira, enfocando os fatores que motivaram o Brasil a integrar a Missão e a forma como esta está sendo implementada pelos militares brasileiros.

---

1. Graduada em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, possui Especialização em Relações Internacionais pela Universidade Cândido Mendes e atualmente é mestranda em Estudos Estratégicos da Segurança e da Defesa pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: [suhaylakhalil@yahoo.com.br](mailto:suhaylakhalil@yahoo.com.br)

## Breve histórico dos acontecimentos políticos no Haiti

Tendo sido a primeira colônia da América Latina a conquistar sua independência, em 1º de janeiro de 1804, o Haiti até hoje não possui um Estado suficientemente forte capaz de proporcionar as mínimas condições de desenvolvimento à sua população. Pelo contrário, vem sendo dominado historicamente por um cenário de instabilidade política e por governos ditatoriais, que se alternam no poder por meio de golpes e que costumam promover ferrenha represália a seus opositores, o que culmina, quase sempre, em um grande número de haitianos feridos e mortos.

Para entendermos o contexto que envolve a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), é importante apresentar um breve relato dos antecedentes históricos e dos agentes políticos envolvidos.

Em 1957, François Duvalier, conhecido como Papa Doc, foi eleito presidente do Haiti, dando início ao período mais sombrio da história daquele país. Por meio da instalação de um governo de terror e ditadura, e fazendo uso de um aparato de repressão militar, perseguia a oposição e a Igreja Católica, torturando e assassinando muitos de seus opositores. A repressão era encabeçada pela milícia secreta dos *tontons macoutes*, cuja tradução é “bichos papões”.

Após o assassinato de Papa Doc, em 1971, seu filho, Jean Claude Duvalier, também conhecido por Baby Doc, assumiu e deu continuidade ao regime de terror imposto pelo pai, governando até 1986, quando foi deposto por um golpe comandado pelos militares, os quais tomaram o poder, sucedendo-se no governo por vários anos.

A esperança de redemocratização surgiu em 1990, quando, pela primeira vez, o povo haitiano participou de eleições democráticas, em que puderam escolher livremente pelo voto seus candidatos. O candidato eleito com 67% dos votos foi Jean Bertrand Aristide, padre





católico que se destacou por pregar a Teologia da Libertação<sup>1</sup> contra a ditadura de Baby Doc e seus sucessores militares. Não obstante, poucos meses depois, Aristide foi deposto por um novo golpe militar e a ditadura foi restaurada no Haiti.

Em 1994, o Haiti foi ocupado por uma Força Multinacional (MNF)<sup>2</sup> e com seu auxílio Aristide conseguiu retornar ao poder em outubro de 1994. Foram convocadas novas eleições em 1995. O ex-primeiro-ministro René Préval, membro do partido Lavalas (de Aristide), venceu as eleições presidenciais haitianas com 87,9% dos votos<sup>3</sup>.

Jean-Bertrand Aristide foi quem sucedeu Préval nas eleições diretas de 2000, chegando pela segunda vez ao poder. Porém, desta vez, sua legitimidade foi questionada pela oposição política e também por setores da sociedade civil, que alegaram fraude no pleito, já que este contou com os votos de apenas 10% da população<sup>4</sup>.

Em fins de 2003 seu governo começou a enfrentar forte crise, com a eclosão, por todo o país, de manifestações que o acusavam de fraude eleitoral, corrupção e envolvimento com o tráfico de drogas. Estas

---

1. A Teoria da Libertação teve origem dentro da Igreja Católica como um desdobramento do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965), durante o qual se debateram formas de renovação dos métodos de atuação da Igreja. Com base nessa teoria, surgem ações relativas aos operários, camponeses, mulheres e jovens; um modelo de religião mais próximo dos pobres. Trata-se de movimento que teve ampla disseminação na América Latina, onde crescia a consciência de que o principal problema a ser enfrentado pela Igreja não era de ordem filosófica, mas sim econômica e, conseqüentemente, política: a pobreza. Para os teóricos da Libertação – como Gustavo Gutierrez, Hugo Assmann e Leonardo Boff –, a injusta pobreza estrutural, em que estavam mergulhadas as sociedades latino-americanas, era uma afronta ao amor de Deus e, portanto, a vivência da religião exigia a transformação da sociedade (Romeiro, 2008).

2. A Força Multinacional foi organizada e liderada pelos Estados Unidos. Embora fora da estrutura formal da ONU, obteve a aprovação do Conselho de Segurança (Resolução 940/1994). Atuou concomitantemente à Missão das Nações Unidas no Haiti (UNMIH) e seu objetivo era utilizar todos os meios necessários para garantir o retorno do presidente legitimamente eleito, Jean Bertrand Aristide (OAKLEY, 1998).

3. Informações disponíveis em <[http://www.un.org/Depts/dpko/dpko/co\\_mission/unmihbackgr2.html](http://www.un.org/Depts/dpko/dpko/co_mission/unmihbackgr2.html)>. Acesso em: 20 jul. 2008.

4. Informação disponível no site oficial da ONU sobre a MINUSTAH. Disponível em: <<http://www.un.org/Depts/dpko/missions/minustah/>>. Acesso em: 20 jul. 2008.

eram promovidas pelo Grupo 184<sup>5</sup>, composto por diversos segmentos da sociedade, entre eles estudantes, jornalistas, comerciantes e políticos da elite conservadora do país.

A insurreição foi se intensificando até que os rebeldes tomaram as principais cidades do norte e em Gonaïves iniciaram-se conflitos sangrentos. A rebelião ameaçava marchar sobre a capital. Em 29 de fevereiro, encurralado pelos rebeldes, que exigiram sua renúncia, Aristide deixou o poder e embarcou para a África, sob os auspícios dos Estados Unidos e da Organização das Nações Unidas (ONU). Posteriormente, o presidente alegaria que fora sequestrado por fuzileiros norte-americanos e teria deixado o país e o governo contra a sua vontade, versão não admitida pelos Estados Unidos. Assumiu então o poder interinamente o presidente da Suprema Corte, Boniface Alexandre, que autorizou a entrada de tropas internacionais no país.

## A Minustah e o processo político de transição

A primeira missão de paz no Haiti foi enviada em fevereiro de 1993. Tratava-se da Missão das Nações Unidas no Haiti (UNMIH), que durou até 1996. Seguiu-se a ela um desfile de siglas, perfazendo nada mais que quatro missões de paz que antecederiam a MINUSTAH: Missão de Apoio da ONU no Haiti (UNSMIH), de 1996 a 1997, Missão da ONU de Transição no Haiti (UNTMIH), durante o ano de 1997, e por último a Missão da Polícia Civil das Nações Unidas no Haiti (MIPONUH), que durou de 1997 a 2000.

A Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH<sup>6</sup>) foi igualmente precedida pela Força Interina Multinacional

5. Folha Online, 31 jan. 2006.

6. A sigla MINUSTAH se refere ao nome que a missão recebeu em francês – Mission des Nations Unies pour la stabilisation en Haiti.





(MIF), criada pela Resolução nº 1.529 e imediatamente instaurada sob o comando dos Estados Unidos. O intuito era pacificar os ânimos e evitar uma guerra civil até que fosse possível estabelecer uma missão de paz da ONU para dar suporte à manutenção da paz e garantir um processo político de transição constitucional e democrático.

Em 17 de março de 2004 foi formado o que se denominou Governo Interino de Transição, com treze membros, responsável por dar encaminhamento às eleições de 2005 e que teria seu fim com a posse de um novo presidente eleito. Durante esse período foi firmado um pacto político entre o governo, diversos partidos políticos e segmentos da sociedade, no sentido de definir as linhas gerais da política transitória, além de estabelecer medidas a serem tomadas nas áreas de segurança, desenvolvimento, corrupção e impunidade, reforma judiciária e profissionalização da Polícia Nacional do Haiti (PNH), entre outros temas. Também foi acordado o estabelecimento de comissões para tratar de assuntos tais como direitos humanos<sup>7</sup>.

Embora o Pacto Político tenha sido bem recebido por Kofi Annan, Secretário Geral das Nações Unidas na época, este lamentou o fato de o documento não haver incluído a grande maioria dos movimentos políticos, alegando que todos os haitianos deveriam participar ativamente do que seria um amplo diálogo nacional.

Em 30 de abril de 2004, sob a recomendação do Secretário Geral das Nações Unidas, a Resolução nº 1.542 do Conselho de Segurança da ONU autoriza a criação da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti. Seus objetivos estão previstos no item 7 da Resolução e suas principais metas eram as seguintes: garantir um ambiente estável e seguro que possibilite um processo político e constitucional no Haiti; assessorar o Governo Transitório na monitoração e reforma da Polícia Nacional do Haiti (PNH); promover o desarmamento, a

---

7. Informação disponível no site oficial da ONU sobre a MINUSTAH: <<http://www.un.org/Depts/dpko/missions/minustah/>>. Acesso em: 20 jul. 2008.

desmobilização e a reintegração (DDR) de todos os grupos armados; proteger a população civil; apoiar o Governo Provisório e prover assistência no que diz respeito aos direitos humanos e combate à sua violação; auxiliar o Governo Provisório na promoção de um diálogo reconciliatório de abrangência nacional.<sup>8</sup>

A MINUSTAH começou a operar em 1º de junho de 2004, sob o comando do general Augusto Heleno Ribeiro Pereira, general do Exército Brasileiro, e com um efetivo militar de 6.700 membros, formado por Argentina, Benin, Bolívia, Brasil, Canadá, Chade, Chile, Croácia, França, Jordânia, Nepal, Paraguai, Peru, Portugal, Turquia e Uruguai.<sup>9</sup> Dos seus principais objetivos fazem parte a reestruturação política do país e o desarmamento dos grupos armados, de forma a permitir a instauração de um processo democrático de governo e a evitar que novos golpes sejam implementados.

Em 7 de fevereiro de 2006, foi organizado um novo pleito. René Préval foi o presidente eleito com 51,15% dos votos, em um processo eleitoral considerado controvertido. Durante a apuração, ocorreram vários protestos de partidários de Préval, pois os números mostravam que o ex-presidente não conseguiria atingir a marca de 50% do total de votos, o que levaria as votações a um segundo turno. Préval chegou a afirmar que ocorreram “erros grosseiros e provavelmente uma gigantesca fraude” nas eleições dessa data.

René Préval venceu no primeiro turno, apesar dos protestos de Leslie Manigat, candidato que estava em segundo lugar na apuração e que chegou a pedir que as “regras do jogo” fossem respeitadas. Disse ele: “está claro como a água: se um candidato obtiver 50% dos votos mais um, eu me retiro”; caso não seja este o caso, “será necessário o segundo turno”.<sup>10</sup> A divulgação do resultado se deu nove dias após

8. Extraído do texto da Resolução nº 1.542 do Conselho de Segurança da ONU.

9. Brigagão, 2007.

10. Folha Online, 14 fev. 2006.





as votações, depois que os votos em branco, que inicialmente faziam parte da contagem, foram distribuídos proporcionalmente entre os candidatos, possibilitando a vitória de Préval.

A despeito de as eleições presidencial e legislativa terem sido realizadas em meio a um clima de relativa tranquilidade, as Nações Unidas temem uma retirada precipitada, já que a segurança no país continua sendo muito precária, particularmente na capital, Porto Príncipe. O mandato da MINUSTAH estava previsto inicialmente para se encerrar em 30 de novembro de 2004, mas vem sendo prorrogado, repetidas vezes, pelo Conselho de Segurança da ONU, ainda que haja pressões por parte da oposição haitiana pela retirada dos militares e ocorram divergências dentro da própria ONU.

## A decisão brasileira em participar da Missão

As tropas brasileiras desembarcaram no Haiti em 1º de junho de 2004 para integrar e liderar a recém-criada Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti. A decisão de participar da Missão adveio do convite feito à Missão Permanente do Brasil na ONU, que, repassado aos Ministérios das Relações Exteriores e da Defesa, foi encaminhado à aprovação do Congresso Nacional. Após manifestação favorável por parte deste, o pedido foi submetido ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que ordenou ao Comando das Forças Armadas o treinamento de um contingente militar a ser enviado ao Haiti.

A cada ano cresce o número de países em desenvolvimento que contribuem para as missões de paz das Nações Unidas. Conforme dados disponíveis no site do Departamento de Operações de Manutenção da Paz (DPKO),<sup>11</sup> em 31 de outubro de 2006, 112 países coo-

---

11. Informações disponíveis em <<http://www.un.org/Depts/dpko/dpko/faq/q11.htm>>. Acesso em: 22 jul. 2008.

peravam com um total de 81.000 profissionais, entre eles militares e policiais, sendo os dez principais contribuintes Paquistão, Bangladesh, Índia, Jordânia, Nepal, Gana, Uruguai, Etiópia, Nigéria e África do Sul, que sozinhos eram responsáveis por 60% de todo o contingente para missões de paz da ONU. Apenas 12,9% dos “capacetes azuis”<sup>12</sup> eram provenientes dos 25 países membros da União Europeia e 0,37% dos Estados Unidos.

Conforme define Eduardo Uziel, as motivações dos países em desenvolvimento para participar das missões de paz podem ser positivas e negativas. Como motivação positiva pode ser citado o fato de se buscar resultados que melhoram a posição e deem maior visibilidade ao país no sistema internacional, além de proporcionar maior projeção dentro da organização multilateral. As motivações negativas, por sua vez, são constituídas pelo receio de que países desenvolvidos, com ações unilaterais, enfraqueçam os mecanismos multilaterais (Uziel, 2006).

O fato é que, no caso da participação brasileira na MINUSTAH, o anseio é tornar-se membro permanente no Conselho de Segurança da ONU. De acordo com diplomatas estrangeiros e a imprensa internacional, essa participação seria decisiva na candidatura do Brasil ao assento permanente (Chade, 2004).

No entanto, segundo Eugenio Diniz, a decisão de participar da Missão foi bem mais complexa do que o que parece em um primeiro momento. Para esse acadêmico, é certo que no início da década de 1990 houve uma mudança na política externa brasileira no sentido de se reaproximar e de intensificar a atuação do Brasil em organismos multilaterais, que passam a ser percebidos como um espaço propício ao alargamento das relações internacionais brasileiras e não mais como instrumentos de perpetuação de poder das potências dominantes.

---

12. Expressão largamente utilizada para referir-se às tropas militares para missões de paz das Nações Unidas.







E dentro desse contexto o Brasil retoma sua reivindicação nascida ainda no processo de criação da ONU, que é a de obter um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU (Diniz, 2005).

Esse estreitamento brasileiro em relação à ONU se fez, contudo, sem abandono das principais diretrizes da diplomacia brasileira. De acordo com Diniz, dois pontos merecem especial atenção: o Brasil continua a rechaçar atitudes que possam levar à relativização do princípio da não intervenção em assuntos internos dos outros países; o país mantém a preocupação de que as questões do desenvolvimento e da redução das desigualdades internacionais sejam tratadas da mesma forma que as questões de paz e segurança pela ONU.

Refletindo essa postura diplomática, o Brasil permanece resistente à ideia das Operações de Imposição da Paz (*peacemaking*<sup>13</sup>), preferindo sempre as Operações de Manutenção da Paz (*peacekeeping*<sup>14</sup>), que contam com o consentimento das partes. No entanto, percebe-se claramente o aumento do número de missões de paz de cunho impositivo durante a última década e, embora relutante em atuar nesse tipo de missão, em 1999 o Brasil cedeu e participou da Missão de Paz no Timor Leste.

No caso do Haiti, apesar de o Brasil ter votado a favor da Resolução nº 1.529 da ONU, o país não aceitou participar da Força Interina Multinacional (MIF), pois entendeu ser esta uma missão de imposição

---

13. De acordo com a ONU, *peacemaking* é o esforço diplomático de levar partes hostis a um acordo, visando transformar um conflito violento em um diálogo sem luta armada, em que as diferenças possam ser resolvidas por meio de instituições políticas representativas. (Disponível em <<http://peacemaker.unlb.org/index1.php>>. Acesso em: 22 ago. 2008.)

14. Segundo definição da própria ONU, as operações de *peacekeeping* são uma forma de ajudar países assolados por conflitos a criar condições para uma paz sustentável. O objetivo é monitorar e observar o processo de paz que emerge no período pós-conflito e assistir as partes conflitantes a implementar o acordo de paz por elas firmado. São dirigidas diretamente pelas Nações Unidas ou, quando se considere adequado, organizadas por um grupo de países ou outras organizações internacionais, mas sempre sob uma autorização proveniente do Conselho de Segurança da ONU. (Disponível em <<http://www.un.org/Depts/dpko/dpko/faq/q1.htm>>. Acesso em: 22 ago. 2008.)

da paz, baseada nas medidas de força, do Capítulo VII. Sendo assim, o Brasil só aceitaria integrar uma missão de manutenção da paz em momento posterior (Oliveira, 2004, p. 27). É que a Resolução nº 1.542, que cria a MINUSTAH, também cita o Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, em seu parágrafo 7, o que indicaria o caráter coercitivo da missão. Em sentido oposto, o governo brasileiro alega que a interpretação deve ser distinta, entendendo que apenas esse parágrafo é baseado no Capítulo VII, e não toda a resolução, e a MINUSTAH seria, sim, uma missão de manutenção da paz e não uma missão impositiva.

O crescente interesse brasileiro pela América Latina a partir da década de 1990 é outro aspecto importante a ser considerado em nossa análise. Nesse sentido, o presidente Lula, no discurso de posse do seu primeiro mandato, manifesta a intenção em priorizar “a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, com base em ideais democráticos e de justiça social”.<sup>15</sup>

Desse ponto de vista, a chance de liderar as tropas participantes de uma Missão de Paz da ONU no Haiti aparece como uma excelente oportunidade de fortalecer a almejada liderança brasileira junto à América do Sul. Na visão de Eugenio Diniz, é perfeitamente possível, desse modo, estabelecer uma vinculação entre a liderança do Brasil na MINUSTAH e interesses econômicos brasileiros. Não seriam ganhos econômicos diretos, uma vez que a estimativa inicial de custos da MINUSTAH para o Brasil é algo em torno de 70 milhões de dólares e o total das exportações brasileiras ao Haiti durante o ano de 2000 não ultrapassaram a casa dos 17 milhões, mas sim ganhos indiretos, “na medida em que eventuais reconhecimento e aceitação da importância da liderança política brasileira na América do Sul viabilizem ou facilitem um esforço de coordenação política em escala continental voltado para as negociações comerciais multilaterais” (Diniz, 2005).

---

15. O texto do discurso proferido pelo Presidente Luis Inácio Lula da Silva está disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u44275.shtml>>. Acesso em: 22 jul. 2008.



## *Soft power brasileiro*

Um dos argumentos para a liderança brasileira na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) – e considerado o principal ponto favorável – é a proximidade cultural e a identificação que muitas vezes ocorre entre o povo haitiano e os “capacetes azuis” brasileiros.

Essa proximidade cultural e a imagem positiva que, em geral, os haitianos têm do Brasil estão muito marcadas no documentário “O dia em que o Brasil esteve aqui”, que retrata os acontecimentos do mês de junho de 2004 no Haiti, quando a seleção brasileira de futebol participou de um jogo amistoso pela paz contra o time haitiano, o qual foi proposto pelo presidente da República brasileiro, Luis Inácio Lula da Silva. O filme exhibe cenas de distribuição de camisetas do Brasil e panfletos com a assinatura dos jogadores da seleção, inclusive em orfanatos, em que crianças haitianas aparecem segurando bandeiras brasileiras.<sup>16</sup>

Percebe-se pelo vídeo um grande tumulto e entusiasmo entre o povo haitiano, do início ao fim, desde a venda dos ingressos para o jogo da paz até a chegada da seleção brasileira e o “grande jogo”. O clima de euforia se traduziu em uma grande exaltação ao Brasil e ao futebol brasileiro. Não raro ouvem-se haitianos gritando: “Ronaldo, eu te amo! Eu morreria por você!”.

Ainda que essa proximidade cultural possa ser apresentada como um aspecto positivo, muitas vezes é também encarada de forma crítica. Durante o documentário, jornalistas, historiadores e líderes comunitários haitianos concederam entrevistas, entre eles Patrice Dumont, repórter esportivo haitiano, para quem “o Brasil é a potência mais perigosa do mundo, porque ele é capaz de aprisionar um país através do

---

16. Informações extraídas do Documentário “O Dia em que o Brasil esteve aqui”. Prodigio Films. Direção Caito Ortiz e João Dornelas. 2004. 72 min.



*soft power*". Mais adiante, Dumont completa: "nós consideramos, na nossa análise, que a ONU passou uma lição de casa para o Brasil: comandar as tropas de paz no Haiti, com o general brasileiro Heleno. Se essa missão for bem sucedida, é possível que outras virão, e logo mais o Brasil se torne membro permanente do Conselho de Segurança da ONU". No documentário o líder comunitário Bolívar afirma: "o Brasil é uma potência em ascensão que busca se firmar e está usando sua arma mais potente, sua arma cultural, que é o futebol".<sup>17</sup>

Os comentários fazem referência direta à utilização do poder brando (*soft power*) por parte do Brasil, que, nos dizeres de Joseph Nye, pode ser entendido como o poder que um determinado país tem de levar outros países a querer o que eles querem, ou seja, de influenciar decisivamente a tomada de decisão e a política desses países, porém por meio da utilização de uma estratégia velada, em contraposição ao poder duro (*hard power*), que implica obrigar ou ordenar de maneira direta que um determinado país tenha um determinado comportamento, na maioria das vezes contrário aos seus anseios. Nye (2008) vai mais além, ao estabelecer que, se um Estado consegue fazer seu poder parecer legítimo perante outro Estado, ele encontrará menos resistência aos seus objetivos. Ademais, se a cultura e a ideologia exercem poder de atração, os outros Estados estarão mais propensos a segui-lo.

O caso haitiano analisado no presente trabalho é um exemplo concreto da implementação do *soft power* brasileiro. De forma a viabilizar alguns dos objetivos da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) – como garantir um ambiente estável e seguro que possibilite um processo político e constitucional no Haiti e promover o desarmamento, a desmobilização e a reintegração de todos os grupos armados –, o Exército brasileiro tem feito um trabalho intenso com o futebol nas favelas haitianas, utilizando o jogo para criar laços de confiança entre as tropas e os moradores (Santoro, 2007).

---

17. Trechos extraídos do Documentário "O Dia em que o Brasil esteve aqui" (2004).





Ao utilizar-se da influência cultural para assegurar o cumprimento das metas da MINUSTAH e garantir o seu êxito, indiretamente, o Brasil está garantindo o alcance de seus próprios objetivos de política externa, conforme já referido anteriormente.

## Considerações finais

Desestruturado política e socialmente, o Haiti vem enfrentando diversas crises, desde a sua independência da França, cujo clima de instabilidade política ocasionou uma participação ativa nas questões internas haitianas por parte da comunidade internacional e principalmente das Nações Unidas. A partir de 1993, já houve cinco missões de paz no país. A última enviada ao território haitiano, e que ainda está em vigor, é a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH).

No que se refere ao Brasil, ao se integrar e liderar a MINUSTAH, a principal motivação é o anseio do país em se tornar membro permanente do Conselho de Segurança. Este fator ganha força se considerarmos que o Brasil estaria encontrando obstáculos à concretização desse objetivo e que teria sido reduzida a sua participação nas Missões de Paz das Nações Unidas durante a última década.

Quanto a alguns aspectos críticos relativos à MINUSTAH e à participação brasileira, fizemos menção à questão do uso do *soft power*. Considerado um poder brando, dentro desse contexto, ele é representado pelo Brasil, que, diante de sua atuação na esfera da política externa, possui traços desse tipo de poder. Se é bem verdade que o Brasil, na maioria dos casos, não possui os meios coercitivos necessários para alcançar seus objetivos, dispõe e, de fato, se utiliza do *soft power*, principalmente no que diz respeito ao seu aspecto cultural e desportivo, para influenciar as demais políticas estatais e atingir suas metas.

## Referências

BRIGAGÃO, Clóvis. Notas sobre os novos conflitos internacionais: o caso do Haiti. Revista IFCS, Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

CHADE, Jamil. Missão no Haiti pode ajudar País no CS da ONU. O Estado de São Paulo, 5 maio 2004. p. A-16.

DIA EM QUE O BRASIL ESTEVE AQUI, O. Prodigio Films. Direção Caito Ortiz e João Dornelas, 2004. 72 min.

DINIZ, Eugenio. O Brasil e a MINUSTAH. Security and Defense Studies Review, Interdisciplinary Journal of the Center for Hemispheric Defense Studies, v. 5, n. 1, 2005.

DISCURSO de posse do primeiro mandato do Presidente Luis Inácio Lula da Silva. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u44275.shtml>>. Acesso em: 22 jul. 2008.

FOLHA ONLINE. Eleições no Haiti ocorrem após quatro tentativas fracassadas. 31 jan. 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u92143.shtml>>. Acesso em: 20 jul. 2008.

\_\_\_\_\_. Préval denuncia “erros grosseiros e fraude” em eleição no Haiti. 14 fev. 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u92584.shtml>>. Acesso em: 20 jul. 2008.

HAITI BACKGROUND (DPKO). Disponível em: <[http://www.un.org/Depts/dpko/dpko/co\\_mission/unmihbackgr2.html](http://www.un.org/Depts/dpko/dpko/co_mission/unmihbackgr2.html)>. Acesso em: 20 jul. 2008.

KAWAGUTI, Luis. A República Negra: histórias de um repórter sobre as tropas brasileiras no Haiti. São Paulo: Globo, 2006.





MINUSTAH (Site oficial). Disponível em: <<http://www.un.org/Depts/dpko/missions/minustah/>>. Acesso em: 20 jul. 2008.

NYE, Joseph. Soft power, p. 14-15. Disponível em: <[http://www.foreignpolicy.com/Ning/archive/archive/080/SOFT\\_POWER.PDF](http://www.foreignpolicy.com/Ning/archive/archive/080/SOFT_POWER.PDF)>. Acesso em: 21 jul. 2008.

OAKLEY, Embaixador dos Estados Unidos Robert B. A manutenção da paz: sua evolução e significado. In: Agenda de Política Externa dos EUA, v. 3, n. 2, abr. 1998. Disponível em <<http://usinfo.state.gov/journals/itps/0498/ijpp/ip049806.htm>>. Acesso em: 19 jul. 2008.

OLIVEIRA, Eliane. Forças brasileiras só irão num segundo momento. O Globo, 2 mar. 2004. p. 27.

RESOLUÇÃO 1.542 do Conselho de Segurança da ONU. Disponível em <<http://www.un.org/News/Press/docs/2004/sc8083.doc.htm>>. Acesso em: 20 jul. 2008.

ROMEIRO, Marcio Anatole de Sousa. Teologia da Libertação: apenas uma experiência marginal? Revista Historianet. Disponível em: <<http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=852>>. Acesso em: 19 jul. 2008.

SANTORO, Mauricio. O desafio do Brasil no Haiti. 3 ago. 2007. Disponível em: <<http://todososfogos.blogspot.com/2007/08/o-desafio-do-brasil-no-haiti.html>>. Acesso em: 23 jul. 2008.

UN PEACEMAKER (Site oficial). Disponível em <<http://peacemaker.unlb.org/index1.php>>. Acesso em: 22 ago. 2008.

UNITED NATIONS PEACEKEEPING. What is peacekeeping? Disponível em <<http://www.un.org/Depts/dpko/dpko/faq/q1.htm>>. Acesso em: 22 ago. 2008.

UNITED NATIONS PEACEKEEPING: who contributes personnel?

## A Minustah e a participação brasileira

Informações disponíveis em <<http://www.un.org/Depts/dpko/dpko/faq/q11.htm>>. Acesso em: 22 jul. 2008.

UZIEL, Eduardo. Três questões empíricas, uma teórica e a participação do Brasil em operações de paz das Nações Unidas. *Política Externa*, v. 14, n. 4, 2006.



Dossiê Temático